

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 16/05/2017 | Edição: 92 | Seção: 1 | Página: 1

Órgão: Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 9.052, DE 15 DE MAIO DE 2017

Dispõe sobre o processo de inventariançado Fundo Nacional de Desenvolvimento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuiçãoque lhe confere o art. 84, caput, incisos IV e VI, alíneas "a" e "b", daConstituição, e tendo em vista o disposto no art. 23 da Lei nº 12.431,de 24 de junho de 2011,

DECRETA:

Art. 1º Compete ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimentoe Gestão a coordenação e a supervisão dos procedimentosadministrativos relativos ao inventário dos bens, dos direitos e dasobrigações do extinto Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND.

Art. 2º As atividades de inventariança serão realizadas noDistrito Federal.

Art. 3º Caberá ao Inventariante realizar o pagamento dosdividendos e o ressarcimento das participações detidas pelos cotistasminoritários.

Parágrafo único. Fica o Inventariante, mediante pronunciamentoprévio da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério daFazenda, autorizado a utilizar os títulos e os valores mobiliáriosoriundos do extinto FND para promover, junto às entidades da administraçãopública federal indireta, o pagamento dos dividendos e oressarcimento das cotas, mediante dação em pagamento.

Art. 4º Constituem atribuições do Inventariante:

I - apresentar ao Departamento de Órgãos Extintos e deGestão de Folha de Pagamento do Ministério do Planejamento, Desenvolvimentoe Gestão, no prazo de trinta dias, contado da data denomeação do Inventariante, plano de trabalho a ser desenvolvidodurante a inventariança com cronograma de execução de atividades eperíodo previsto para encerramento dos trabalhos;

II - representar a União, na qualidade de sucessora do extintoFND, nos atos administrativos necessários à inventariança, podendotambém celebrar, prorrogar e rescindir contratos administrativos, convêniouse outros instrumentos congêneres;

III - apurar os direitos e as obrigações, além de relacionardocumentos, livros contábeis, contratos e convênios do extinto FND edar-lhes as destinações devidas;

IV - providenciar o tratamento dos acervos técnicos, logísticos,bibliográficos e documentais, observadas as normas específicas,e transferi-los, por meio de termo próprio, ao Arquivo Nacional ou aoMinistério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;

V - providenciar a instrução documental necessária à cobrançados ativos a serem transferidos à Secretaria do Tesouro Nacionaldo Ministério da Fazenda;

VI - fornecer, quando solicitado, as informações necessáriasà defesa judicial dos interesses do extinto FND;

VII - praticar os atos necessários à instauração de sindicânciase processos administrativos disciplinares, e adotar os procedimentosnecessários para a conclusão e o acompanhamento dosprocessos em andamento;

VIII - identificar, localizar e efetuar o ressarcimento doscotistas minoritários, nos termos da lei;

IX - identificar, localizar, relacionar e dar destinação para osbens, móveis e imóveis, oriundos do extinto FND;

X - praticar os atos de gestão orçamentária, financeira, patrimonial,contábil e administrativa do extinto FND;

XI - apresentar ao Departamento de Órgãos Extintos do Ministériodo Planejamento, Desenvolvimento e Gestão relatórios mensaise relatório final dos atos e fatos do processo de inventariança,inclusive as tomadas e as prestações de contas do extinto FND;



XII - formalizar as transferências de participações societárias constantes do ativo permanente do FND para a titularidade da União;

XIII - liquidar as obrigações porventura existentes na data de extinção do FND cujo montante não ultrapasse R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) e encaminhar à Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda os processos relativos às obrigações de montante superior a R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais);

XIV - proceder ao encerramento dos registros do extinto FND junto aos órgãos públicos; e

XV - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Parágrafo único. Os processos relativos ao reconhecimento de dívidas oriundas do FND serão obrigatoriamente instruídos com:

I - declaração expressa do Inventariante quanto à certeza, à liquidez e à exatidão das obrigações;

II - original ou cópia autenticada da documentação comprobatória da dívida; e

III - manifestação do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União - CGU sobre a regularidade das contratações e a exatidão dos valores devidos, quando o montante for superior a R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

Art. 5º O Inventariante usará a denominação "Inventário do extinto Fundo Nacional de Desenvolvimento" nos atos e nas operações referentes à inventariança.

Art. 6º O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES fornecerá a documentação e as informações em seu poder necessárias ao andamento dos trabalhos da inventariança e prestará o apoio técnico à equipe de inventariança.

Art. 7º A inventariança deverá ser concluída até 14 de novembro de 2017.

Art. 8º As despesas relacionadas com a extinção do FND, inclusive aquelas inferiores ao montante de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), correrão à conta do orçamento aprovado para o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Art. 9º A equipe de inventariança será composta exclusivamente por servidores públicos efetivos da administração pública federal direta, autárquica ou fundacional.



Art. 10. Ficam remanejados, em caráter temporário, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão para o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, os seguintes cargos em comissão do Grupo-DAS:

I - um DAS 101.5; e

II - dois DAS 101.3.

§ 1º Os cargos em comissão do Grupo-DAS objeto do remanejamento de que trata o caput às atividades de inventariança do FND não integrarão a estrutura regimental do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, devendo constar dos atos de nomeação o seu caráter de transitoriedade, por meio da remissão ao caput.

§ 2º Encerrado o prazo estabelecido no art. 7º, os cargos em comissão de que trata o caput ficam restituídos à Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e seus ocupantes ficam automaticamente exonerados.

Art. 11. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 15 de maio de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER

**HENRIQUE
MEIRELLES
DYOGO HENRIQUE
DE OLIVEIRA**

MICHEL TEMER